

Jorge Borges de Macedo

História e Inquietação

Organizadores

Sérgio Campos Matos

José de Sousa



Edições CH-ULisboa

CH
-UL

CENTRO DE
HISTÓRIA
UNIVERSIDADE
DE LISBOA

JORGE BORGES DE MACEDO: HISTÓRIA E INQUIETAÇÃO

Orgs.
Sérgio Campos Matos
José de Sousa



Lisboa

Centro de História da Universidade de Lisboa

2024

Título

Jorge Borges de Macedo: História e Inquietação

Organização

Sérgio Campos Matos e José de Sousa

Assistência editorial

Filipe Marques Fernandes

Revisão

Filipe Marques Fernandes

Comissão científica

Maria Eugénia Mata e Luís Aguiar Santos

Edição

Centro de História da Universidade de Lisboa | 2024

1.ª Edição

Grafismo

Bruno Fernandes

Impressão: Sersillito - Empresa Gráfica

ISBN: 978-989-8068-52-1

Depósito Legal: 541228/24

Tiragem: 250 exemplares

Centro de História da Universidade de Lisboa | Centre for History of the University of Lisbon
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | School of Arts and Humanities of the University of Lisbon
Cidade Universitária - Alameda da Universidade, 1600 - 214 LISBOA - PORTUGAL
Tel.: +351 217 920 000 | www.letras.ulisboa.pt | <http://chul.letras.ulisboa.pt>



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE
DE LETRAS



CENTRO
DE HISTÓRIA



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



O presente livro resulta de investigação financiada pela FCT no âmbito de uma bolsa de doutoramento (SFRH/BD/116953/2016).

This work is financed by national funds through FCT - Foundation for Science and Technology, I.P. in the scope of the projects UIDB/04311/2020 and UIDP/04311/2020.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/04311/2020 e UIDP/04311/2020.

 This work is licensed under the Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.

ÍNDICE

07 **Introdução**

Sérgio Campos Matos e José de Sousa

19 **I. Uma história poliédrica**

21 Releituras de uma obra aberta

José Luís Cardoso

35 História Cultural e Epistemologia (a propósito de *Os Lusíadas* e *a História*)

Luís Filipe Barreto

53 História Diplomática

Ana Leal de Faria

67 História, experiência, conceptualizações

Sérgio Campos Matos

93 Debates na historiografia portuguesa (c. 1960-1974)

José de Sousa

117 A “Questão Canónica”

António Castro Henriques

135 História local e regional:
Uma primeira aproximação ao problema

Álvaro Costa de Matos

143 Política, colónias e redes empresariais no início do século XX

Álvaro Ferreira da Silva

163 **II. Testemunhos**

165 Compreender o século XVIII...

Guilherme d'Oliveira Martins

171 Elementos de uma matriz historiográfica – elementos de uma
matriz essencial

Maria do Rosário Themudo Barata

185 O historiador e o “seu tempo”

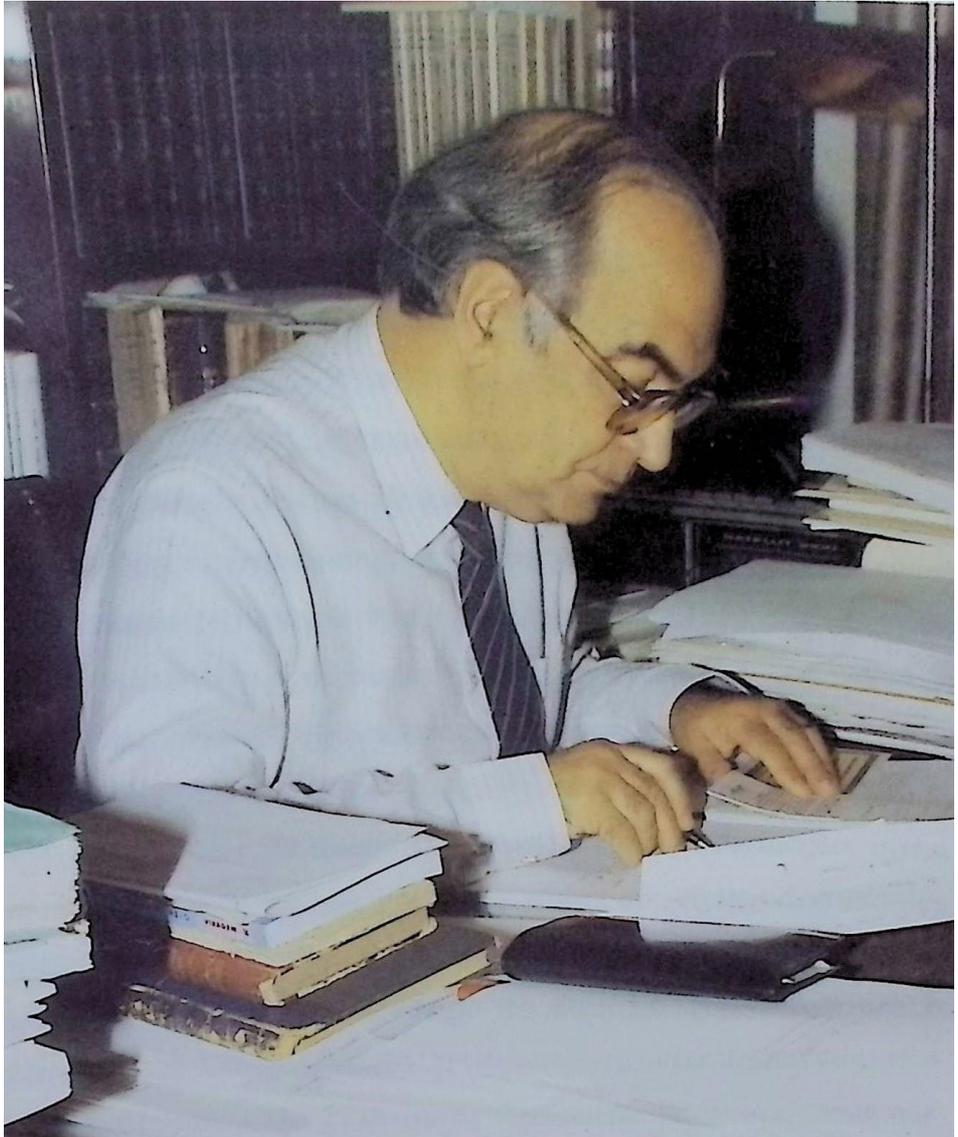
Paulo F. Oliveira Fontes

205 Um testemunho

José Brissos

213 Lembrar Jorge Borges de Macedo depois do centenário

Jorge Braga de Macedo



Releituras de uma obra aberta

José Luís Cardoso

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Academia das Ciências de Lisboa

Preâmbulo

Saberá o leitor que este livro resulta de um propósito de homenagem, juntando contribuições diversas apresentadas em sessões de celebração do centenário de nascimento de Jorge Borges de Macedo (1921-1996).

Tive a honra de acolher e presidir à sessão que decorreu na Academia das Ciências de Lisboa no dia 13 de maio de 2021, na qual intervieram Maria do Rosário Themudo Barata, Sérgio Campos Matos, Ana Leal de Faria, António Castro Henriques e Jorge Braga de Macedo. As suas comunicações, revistas ou adaptadas, estão incluídas neste volume. Nessa ocasião, beneficiando do privilégio de abertura dos trabalhos, procurei assinalar de forma sintética algumas das razões que explicam o impacto perene da obra de Borges de Macedo na historiografia portuguesa. Recordo agora o teor dessa intervenção, registando de forma explícita a mensagem informal então transmitida.

Quem se interessa por temas de história portuguesa moderna e contemporânea, qualquer que seja a perspetiva de análise em que se situe – história política, social, económica, intelectual, literária, institucional – tropeçará inevitavelmente em algum dos múltiplos livros e artigos que Borges de Macedo escreveu. Tropeçará, num bom sentido: para poder parar e tomar consciência de marcas e marcos que Borges de Macedo deixou para que outros pudessem prosseguir ou criticar o seu legado.

Buscando um ou outro exemplo em área de investigação que me é mais familiar, recorde-se o modo como (em textos da década de 1950, designadamente em *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*) analisou as

quebras no fluxo do ouro brasileiro no final do reinado de D. João V e no início da governação pombalina para explicar a política de fomento industrial indispensável à diminuição do *deficit* comercial (que antes era saldado com o ouro de Minas Gerais). Ou o modo como compreendeu as limitações competitivas da indústria portuguesa nos finais do século XVIII e inícios do século XIX devido à sua fraca dotação tecnológica e à escassez de formação de capital humano.¹ Ou ainda o modo como percebeu a importância da abertura dos portos brasileiros à marinha mercante e negociantes ingleses, na sequência do bloqueio continental e da invasão do território português pelo exército napoleónico.² Será possível encontrar algum historiador que se dedique ao estudo dos séculos XVIII e XIX que nunca tenha tropeçado nestes marcos essenciais da historiografia económica portuguesa?

Estas ideias, aparentemente simples, estiveram na base de filões de investigação produzida por inúmeros historiadores na segunda metade do século XX e por tantos que ainda hoje se socorrem dos trabalhos inspiradores de Borges de Macedo. Porém, a receita do seu sucesso não está ao alcance fácil de todos. Em benefício da brevidade, limito-me a enunciar quatro pontos que julgo essenciais:

- O recurso básico e fundamental às fontes arquivísticas, a matéria-prima transformada pela escrita do historiador;
- Uma cultura histórica e literária de enorme profundidade e solidez, atenta ao que outros escreveram, mesmo que deles discordasse ou que não lhe provocassem entusiasmo de monta;
- Uma intuição certa na antecipação de hipóteses de trabalho que se revelariam indutoras de conclusões pertinentes;
- Uma capacidade de problematização ensaística da história portuguesa num quadro de especulação filosófica que nos conduz a um pensamento próprio sobre o sentido das continuidades, constantes, linhas de força, prioridades, possibilidades, circunstâncias, que se testemunham ou pressentem na construção do devir histórico coletivo.

1 Macedo 1963a.

2 Macedo 1962.

Os seus ensaios de reflexão, que cruzam domínios da teoria e da filosofia da história, nem sempre cativam o leitor menos recetivo a elaborações conceptuais ou a exercícios especulativos com um nível de abstração que muitas vezes desafia a comprovação empírica de realidades subentendidas. Esse estilo tão próprio de problematizar a história que praticava fez de Jorge Borges de Macedo uma referência incontornável da cultura histórica portuguesa da segunda metade do século XX. As coletâneas de ensaios que lhe têm sido dedicados são prova insofismável do lugar cimeiro que ocupa entre os historiadores portugueses de qualquer época.

A um leitor de Borges de Macedo não se pode pedir que concorde com ou discorde do muito que escreveu. Mas é essencial que saiba identificar a vasta gama de tópicos que a sua obra contempla, pois neles encontrará motivos de aprofundamento crítico em territórios explorados e por explorar da historiografia portuguesa. A recente edição das suas obras escolhidas possibilitará, certamente, um alargamento substancial do impacto público de textos que, apesar de datados no tempo, não perderam o significado intemporal que revestem.³

Novos contributos interpretativos

Os organizadores deste livro fizeram insistências porfiadas para que de novo regressasse a uma reflexão sobre a importância da história das ideias económicas na formação do discurso histórico de Jorge Borges de Macedo. Visitei anteriormente o tema por duas vezes,⁴ não parecendo curial socorrer-me do estilo parafrástico para regressar ao local do culto. Todavia, regressando à leitura de alguns dos seus textos mais apreciados, dei-me conta de que seria justificável fazer breves acrescentos e anotações sobre o significado de uma obra aberta, que sempre convida a incursões adicionais. Escolhi três temas ou exemplos para ilustrar esta revisitação: a) o Tratado de Methuen; b) as ideias económicas como guião reflexivo; c) a economia e a política na revolução de 1820.

3 Macedo 2022.

4 Cardoso 2009; 2013.

a) O Tratado de Methuen

Borges de Macedo nunca deixou de assinalar, se os houvesse, os créditos de quem tivesse iniciado ou dado contribuições decisivas para os assuntos de eleição na sua agenda de pesquisa. No caso deste tema quase mítico da historiografia económica portuguesa, motivo de fáceis acusações ou falsas culpas para as explicações sobre as raízes do atraso económico português ou da dependência em relação a interesses estrangeiros, Macedo seguiu as pisadas interpretativas de Francisco António Correia⁵ e as fontes de arquivo trabalhadas por A. D. Francis.⁶

Para Francisco António Correia, o significado primordial do Tratado de Methuen (assinado entre Portugal e a Inglaterra em 1703) residia na opção diplomática de alinhamento estratégico de Portugal com a aliança inglesa-austriaca-holandesa contra a França e as suas pretensões hegemónicas relativamente à Península Ibérica, no contexto da Guerra de Sucessão de Espanha. Considerava absurda a ideia de que a assinatura de um tratado implicasse, necessariamente, um país vencedor e um país perdedor. Em seu entender as vantagens foram mútuas e especialmente benéficas para Portugal, dado o fluxo de capitais ingleses que fertilizaram e valorizaram a região duriense. Apesar de não figurarem registados no saldo da balança comercial, tais investimentos produtivos foram também importantes para a exploração de fontes de riqueza noutros sectores da vida económica.

A tese de Francisco António Correia viria a ser aprofundada e bem documentada por Jorge Borges de Macedo nos seus trabalhos sobre a indústria portuguesa no século XVIII. Num texto sintético expressamente dedicado ao Tratado de Methuen, Macedo contrariou as interpretações unilaterais do tratado cuja origem também fez remontar a D. Luís da Cunha e Alexandre de Gusmão.⁷ Para Macedo, a suposta superioridade e excelência dos vinhos portugueses, razão crucial para o acréscimo da sua procura no mercado inglês, estava longe de poder ser comprovada. Contestou também a ideia de que o

5 Correia 1930.

6 Francis 1966.

7 Macedo 1966c.

tratado pudesse, por si só, influenciar a estagnação da indústria no nosso país. Para desmontar este argumento, colocou uma série de questões que viriam a revelar-se decisivas como instrumento de indagação da história industrial portuguesa, nomeadamente no que se refere aos tipos e sectores de indústria supostamente abrangidos, regiões e grupos sociais afetados. Mesmo no sector diretamente contemplado no tratado, a conclusão de Borges de Macedo foi a de que “tanto antes como depois do Tratado de Methuen, continuou a existir indústria de lanifícios em Portugal com amplo e seguro consumo.”⁸

A sua explicação para a debilidade da indústria portuguesa no século XVIII centrou-se no papel do ouro do Brasil que, ao permitir saldo fácil da balança de comércio, limitava as iniciativas de risco industrial. Em seu entender, a perceção desta relação entre o ouro e o comércio externo havia na época sido compreendida (ou pelo menos intuída) pelo cardeal da Mota, e pouco ou nada valorizada por D. Luís da Cunha e Alexandre de Gusmão. Assim, da sua análise parece poder concluir-se que o Tratado de Methuen vem consagrar uma situação de facto, isto é, a incapacidade de arranque sustentado da industrialização portuguesa nos finais do século XVII, a qual viria depois a conhecer um paliativo de regulação através da solução fácil do pagamento do *deficit* comercial com o ouro brasileiro.

Noutro texto sintético,⁹ e em diferente contexto de discussão, Macedo polemizou com as explicações simplistas dos processos de dependência e subdesenvolvimento, cuja responsabilidade era atribuída à aliança inglesa e ao tratado de 1703, sobretudo consagradas e popularizadas no livro de Sandro Sideri,¹⁰ que conheceu alguma repercussão no meio universitário português.

Para Macedo, o enquadramento político-diplomático da assinatura do tratado é fundamental para explicar como ele constituía “não uma imposição de força, mas, muito mais, uma compensação económica para assegurar a grande viragem que Portugal acabava de dar, ao distanciar-se, com grande esforço, da pressão franco-espanhola.”¹¹ A ideia prevalecente é a de que o

8 Macedo 1966c, 53.

9 Macedo 1989.

10 Sideri 1970.

11 Macedo 1989, 77.

tratado funcionava como instrumento fiável na distribuição de vantagens, encargos e compensações. Deste modo, Portugal e o Atlântico representavam um papel importante na estratégia político-comercial inglesa, mas também austríaca e holandesa.

Alguns dados sobre a economia portuguesa na primeira metade do século XVIII ajudam a compreender por que razão o tratado não foi assim tão nefasto, designadamente se for tido em atenção que os tecidos de lã representavam uma fração reduzida do comércio inglês com Portugal, sobretudo importante para a obtenção no nosso país de bens alimentares, e que o vinho constituía a principal mercadoria para o comércio externo português, sendo a única em que as nossas vantagens poderiam ser ampliadas.

Uma parte substancial dos argumentos desenvolvidos por Jorge Borges de Macedo apoiou-se na minuciosa evidência empírica trabalhada e discutida no livro e artigos preparatórios que A. D. Francis dedicou ao Tratado de Methuen, seus antecedentes e consequências.¹² Este era à época, sem sombra de dúvida, o trabalho mais completo e rigoroso sobre a permanência dos Methuen em Portugal, baseando-se Francis em documentação inédita (sobretudo correspondência oficial e particular) até então nunca estudada de forma sistemática.¹³

b) As ideias económicas como guião reflexivo da ação política

Na análise compreensiva dos problemas da industrialização portuguesa na época pombalina e pós-pombalina, Borges de Macedo socorreu-se abundantemente dos testemunhos proporcionados por aqueles que, com as devidas precauções, podem ser considerados como os economistas da época. Não os utilizava nem citava com intuítos de mero embelezamento retórico, mas sim como protagonistas centrais da explicação sobre as possibilidades, prioridades estratégicas, soluções tecnológicas e escolhas de desenvolvimento da economia portuguesa, atendendo às condições do país e ao contexto internacional.

Foi com esse propósito de utilização de fontes textuais para o estudo dos problemas económicos nacionais, sobretudo ao longo do século XVIII, que

¹² Francis 1966.

¹³ Sobre o tema cf. Cardoso 2017.

Borges de Macedo convocou as contribuições dadas nas *Memórias Económicas* da Academia das Ciências de Lisboa, ou nas obras de José Acúrsio das Neves e de Joaquim José Rodrigues de Brito, tendo em vista a compreensão do momento de “euforia e equipamento” verificado nesse período.¹⁴ Independentemente das consequências efetivas resultantes da reflexão levada a cabo e das propostas apresentadas, o fundamental para Borges de Macedo era destacar o esforço de diagnóstico e de ponderação dos modos de mobilização dos recursos naturais e humanos existentes. Ou seja, pretendia destacar o papel das ideias na definição de políticas, neste caso de âmbito económico e tecnológico, conforme transparece na síntese que posteriormente viria a elaborar:

O fim de setecentos é tomado por uma verdadeira ânsia de análise e criação que leva à constituição da mais rica, variada e fecunda bibliografia tecnológica portuguesa, onde nos aparecem livros que vão desde o debate sobre problemas agrários metropolitanos e ultramarinos, aos estudos de contabilidade, mecânica, balística e medicina. Os problemas são estudados com sentido prático e bem ajustados às realidades nacionais.¹⁵

Dessa “ânsia de análise e criação” resulta a definição de uma estratégia de bom aproveitamento dos recursos disponíveis, a qual, por sua vez, pressupunha a realização de um rigoroso diagnóstico das condições favoráveis e dos limites impostos à ação económica. As ciências e as técnicas, o conhecimento do mundo natural e social, eram instrumentos ao serviço de processos de desenvolvimento económico. Nesse sentido, era igualmente fundamental reconhecer a relevância do testemunho daqueles que punham o seu pensamento ao serviço de projetos mobilizadores, que expressavam as suas ideias na expectativa de que delas resultasse a concretização de projetos de melhoramento em proveito do bem comum.

Noutros textos de carácter mais circunscrito e monográfico, Borges de Macedo revelou a mesma preocupação em fixar o leque de possibilidades de ação política no enquadramento dado pela história das ideias e das doutrinas económicas. Assim foi com o estudo sobre as orientações de política económica dadas a D. João V pelo seu secretário João da Mota e Silva, cardeal da

14 Macedo 1963a, 211-225.

15 Macedo 1966a, 131-132.

Mota,¹⁶ ou com o texto sintético que dedicou às tipologias do mercantilismo em Portugal e as suas repercussões e adaptações ao longo do século XVIII,¹⁷ ou ainda com a atenção pioneira que deu ao papel de D. Rodrigo de Sousa Coutinho na organização do Erário, na gestão da dívida pública e regularização da circulação fiduciária, e nos projetos de criação de modernas instituições bancárias.¹⁸

Em todas estas digressões revela-se uma dimensão que atravessa transversalmente o pensamento histórico de Borges de Macedo, através da qual o autor esclarece o papel crucial das ideias económicas na construção de um guião para a ação e decisão políticas.

c) A economia e a política da revolução de 1820

Os últimos parágrafos da sua tese doutoral sobre a história da indústria portuguesa do século XVIII oferecem uma promissora agenda de investigação que, infelizmente, Borges de Macedo nunca prosseguiu de forma sistemática. Tais parágrafos apontam diversas direções de pesquisa sobre o significado e consequências da revolução de 1820 que vale a pena recordar de forma extensiva.

A integração de Portugal na economia europeia posterior a Napoleão fez-se depois de perdida a prosperidade dos anos que precederam às invasões, quando a Inglaterra e a França dispunham de excelentes meios de concorrência e ainda da arma de livre-cambismo que funcionava inteiramente a seu favor. O triunfo da revolução liberal em 1820 não coincide assim com qualquer desenvolvimento industrial nem com qualquer à-vontade económico. A inquietação geral provocada pela consciência que começava a estabelecer-se a respeito do deficiente equipamento do país para enfrentar a concorrência externa projetava-se no campo das instituições e levava muitos a considerarem que a situação tinha profunda relação com as estruturas políticas.

As Cortes de 1821 reuniram-se com a consciência das pesadas responsabilidades e da necessidade de urgentes medidas. Se há uma impressão geral a tirar do *Diário das Sessões* do «Congresso Soberano» não é certamente do monótono entusiasmo que acompanhava as declarações políticas liberais, mas muito mais a sensação de que graves problemas económicos exigiam solução: os males atingiam as «principais fontes da prosperidade pública». Mas, logo a seguir, alheando-se das realidades técnicas e económicas, o país viu-se

16 Macedo 1960.

17 Macedo 1966b.

18 Macedo 1963b.

envolvido em lutas políticas e sociais que prolongaram consideravelmente o processo de reajustamento à nova realidade económica mundial.¹⁹

Ou seja, a revolução liberal fracassou por não ter conseguido acompanhar no plano económico as mudanças institucionais generosamente ambicionadas, mas lamentavelmente desperdiçadas em conflitos políticos inconsequentes que culminaram numa guerra civil. A consciência sobre o “deficiente equipamento do país para enfrentar a concorrência interna” pode ter estado na origem de uma revolução destinada a mudar o quadro institucional, para que as reformas no plano económico pudessem prosseguir o seu rumo. No entanto, a bondade das intenções não foi suficiente para fazer prevalecer os propósitos regeneradores.

Escritas há sessenta anos, as frases com que Borges de Macedo encerrou o livro dedicado à história da indústria no século XVIII revestem grande atualidade. A investigação na época em história económica não permitia traçar um quadro de referência seguro sobre a evolução do produto industrial enquanto parcela do produto interno bruto. O que hoje se sabe sobre a matéria permite perceber que Borges de Macedo tinha apontado a boa direção interpretativa.

O gráfico 1 mostra a evolução do produto interno bruto *per capita* (PIB pc) em Portugal, entre 1750 e 1850. Verifica-se de forma nítida a tendência decrescente dessa evolução, registando-se no final do período (1850) um valor que corresponde a 67% do valor de referência do ano inicial (1750). Este facto – cuja revelação se deve aos esforços da mais recente historiografia económica portuguesa de reconstrução de séries estatísticas enquadráveis em comparações internacionais de dados obtidos através de heurísticas comuns – contém muitos significados e suscita múltiplas pistas interpretativas que não cabe aqui discutir ou questionar.²⁰ Porém, vale a pena tentar compreender o que estes dados mostram em relação ao curto período aqui em foco.

19 Macedo 1963a, 247.

20 Cf. especialmente o trabalho de Palma et Reis (2019) que estabelece a evolução do PIB pc em Portugal entre o início do século XVI e meados do século XIX.

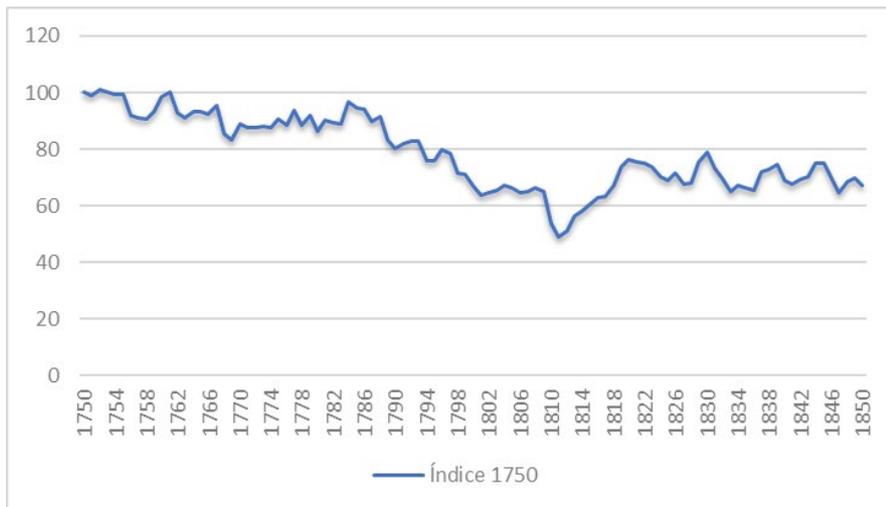


Gráfico 1: Evolução do PIB per capita, Portugal 1750-1850.²¹

No início desta série regista-se uma ligeira quebra do PIB pc na sequência do terramoto de 1755, seguida de uma tendência de descida gradual, mas relativamente estabilizada, nas décadas de 1760 a 1780. Esta descida ficou a dever-se, certamente, à quebra dos rendimentos do ouro brasileiro que só limitadamente foi compensada pelas novas políticas de comércio colonial (através de companhias monopolísticas) e de fomento manufatureiro durante o período que corresponde à governação pombalina. A partir de 1794 acentua-se a queda dos valores do PIB pc, coincidindo com o início do envolvimento português nas campanhas militares em território espanhol contra as pretensões hegemónicas francesas na península ibérica. Os efeitos das guerras napoleónicas, associados à perda do exclusivo comercial brasileiro, são bem visíveis no período 1808-1812, atingindo-se então o valor mais baixo da riqueza produzida por habitante (49% do valor registado em 1750). A recuperação iniciada em 1814 viria a revelar-se pouco intensa e sujeita a perturbações cíclicas ditadas pelo período agitado das revoluções liberais e da independência brasileira. Ao longo das

²¹ Fonte: Palma e Reis 2019.

décadas seguintes, os valores de referência do PIB pc mantiveram flutuações ligeiramente acima e abaixo de 75% do valor-índice de 1750, corroborando a interpretação consensual na historiografia portuguesa sobre as limitações e fracassos de um processo de crescimento económico que não conheceu os impulsos da revolução industrial verificada noutros quadrantes internacionais, especialmente no contexto europeu.

Deste modo, assistiu-se na primeira metade do século XIX a um fenómeno de relativa estagnação que acentuou a divergência face aos padrões de crescimento das economias mais dinâmicas do centro e norte da Europa. Os dados também hoje disponíveis sobre a evolução do comércio externo português, e em especial do comércio colonial brasileiro, permitem confirmar a forte quebra registada na sequência da abertura dos portos brasileiros após a instalação da corte no Rio de Janeiro em 1808.²²

Assim se compreende como é importante conhecer o comportamento da economia portuguesa no século que abre com o Tratado de Methuen, e que se encerra com a abertura dos portos e com os tratados de amizade e comércio com a Grã-Bretanha em 1810, para se perceber o alcance político e as limitações do guião económico da revolução de 1820. Uma explicação que, no longo excerto acima citado, Borges de Macedo esboçou de forma oportuna e pertinente.

A abordagem que fez destes assuntos viria a ser ampliada e melhor enquadrada na obra que dedicou ao estudo das constantes e linhas de força da diplomacia portuguesa,²³ na qual ressalta a sua preocupação em demonstrar que as opções e decisões estratégicas da política económica portuguesa estiveram sempre articuladas com decisões políticas e diplomáticas de mais largo alcance em que se jogava o próprio destino de Portugal enquanto nação soberana e independente. Por isso, os acordos comerciais assinados em 1703 e os Tratados de Comércio de 1810, mostram bem como o século XVIII se encontra delimitado por acontecimentos externos que ditaram um rumo

22 Cf. Pedreira 1994, 335 e ss.

23 Macedo 1987.

próprio para o desenvolvimento da economia portuguesa, relativamente ao qual a margem de manobra dos regeneradores vintistas era bastante reduzida.

É este, afinal, o sentido último dos exemplos trazidos por esta releitura da obra aberta de Jorge Borges de Macedo: demonstrar a atualidade de pesquisas históricas inspiradoras de novas abordagens que questionam e enriquecem o conhecimento adquirido. Essa será sempre a melhor forma de homenagear o seu legado duradouro.

BIBLIOGRAFIA

- Cardoso, José Luís. 2009. “Problemas de história do pensamento económico português no século XVIII.” In *Nove ensaios na tradição de Jorge Borges de Macedo*, org. Jorge Braga de Macedo, Luciano Amaral, Álvaro Ferreira Silva, et António Castro Henriques, 45-53. Lisboa: Tribuna da História.
- . 2013. “Jorge Borges de Macedo: Problems of the History of Portuguese Economic and Political Thought in the Eighteenth-Century.” *e-Journal of Portuguese History* 11 (2):1-8.
- . 2017. “The Anglo-Portuguese Methuen Treaty of 1703: Opportunities and Constraints of Economic Development.” In *The Politics of Commercial Treaties in the Eighteenth Century. Balance of Power, Balance of Trade*, org. Antonella Alimento et Koen Stapelbroek, 105-124. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan.
- Correia, Francisco António. 1930. *O tratado de Methuen*. Separata da *Revista do Instituto Superior de Comércio de Lisboa* XXIV.
- Francis, A. D. 1966. *The Methuens and Portugal, 1691-1708*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Macedo, Jorge Borges de. 1951. *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*. Lisboa: Portugália Editora.
- . 1960. “O pensamento económico do cardeal da Mota.” *Revista da Faculdade de Letras*, II série, 4:79-97.
- . 1962. *O bloqueio continental. Economia e guerra peninsular*. Lisboa: Delfos.
- . 1963a. *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa.
- . 1963b. *Elementos para a história bancária de Portugal, 1797-1820*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- . 1966a. “Vias de expressão da cultura e da sociedade portuguesas nos séculos XVII e XVIII.” *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa* 1:121-133.
- . 1966b. “Mercantilismo.” In *Dicionário de história de Portugal*, ed. Joel Serrão. Tomo III, 35-39. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- . 1966c. “O Tratado de Methuen.” In *Dicionário de história de Portugal*, ed. Joel Serrão. Tomo III, 48-55. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- . 1987. *História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força. Estudo de geopolítica*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- . 1989. “Diplomacia, agricultura e comércio transitário: factores subalternizados no estudo do Tratado de Methuen.” In *Nova economia em Portugal. Estudos em homenagem a António Manuel Pinto Barbosa*, 75-93. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- . 2022. *Obras escolhidas*, org. Branca Braga de Macedo, Jaime Gama, Jorge Braga de Macedo et José Brissos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Palma, Nuno, et Jaime Reis. 2019. “From Convergence to Divergence: Portuguese Economic Growth, 1527-1850.” *Journal of Economic History* 79 (2):477-506.
- Pedreira, Jorge M. 1994. *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil, 1780-1830*. Lisboa: Difel.
- Sideri, Sandro. 1970. *Trade and Power. Informal Colonialism in Anglo-Portuguese Relations*. Rotterdam: Rotterdam University Press.

